

Senhores Acionistas, em atenção às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 juntamente com o relatório dos auditores independentes. Oportunamente, confirmamos a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos no projeto do empreendimento, conforme estabelecido no § 3º do Artigo 8º do Regulamento Anexo à Resolução 3.040, de 2002.

## Balança Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 - Em R\$ mil

ATIVO		PASSIVO	
Circulante	13.943	Circulante	4.880
Disponibilidades	25	Outras Obrigações	4.880
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.936	Empréstimos no país - outras instituições	712
Operações de Arrendamento Mercantil	2.895	Fiscais e previdenciárias	242
Arrendamento a receber - setor privado	1.120	Diversas	3.926
Adiantamento para arrendamento mercantil	2.895	<b>Não Circulante</b>	<b>1.181</b>
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(1.120)	Empréstimos no país - outras instituições	1.181
Outros Créditos	84	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>11.387</b>
Outros Valores e Bens	3	Capital Social:	13.500
<b>Não Circulante</b>	<b>3.505</b>	De domiciliados no exterior	13.500
Realizável a Longo Prazo	-	Prejuízos acumulados	(2.113)
Operações de Arrendamento Mercantil	-		
Arrendamento a receber - setor privado	2.657		
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.657)		
Imobilizado de Uso	216		
Outras imobilizações de uso	235		
Depreciações acumuladas	(19)		
Imobilizado de Arrendamento	3.289		
Bens arrendados	3.376		
Depreciações acumuladas	(243)		
Superveniência de depreciação	156		
<b>Total do Ativo</b>	<b>17.448</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>17.448</b>

## Notas Explicativas sobre as Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2013 - Em reais mil

**1. Contexto Operacional:** A CHG-Meridian do Brasil Arrendamento Mercantil S/A é uma sociedade por ações de capital fechado de acordo com a Lei nº 6404/76 e alterações posteriores, e tem por objetivo efetuar operações de arrendamento mercantil de bens, nas modalidades financeira, operacional e internacional definidas pela Lei nº 6.099/74 e alterações. A Companhia esta equipada às instituições financeiras, estando sujeitas ao cumprimento das normas e aos controles do Banco Central do Brasil - BACEN. A autorização para funcionamento junto BACEN foi publicado no Diário Oficial da União em 25 de Junho de 2013.

**2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN e do BACEN, no que forem aplicáveis.

**3. Convergência com as práticas contábeis internacionais:** A fim de adequar-se às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu algumas normas e suas respectivas interpretações, as quais serão aplicáveis às instituições financeiras apenas quando aprovadas pelo BACEN. O BACEN já aprovou algumas Resoluções que referem-se a aplicabilidade dos seguintes CPC's: 01, 03, 05, 10, 23, 24, 25, e Pronunciamento Conceitual Básico (R1) emitido pelo CPC, aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo CMN ou pelo BACEN. Até a presente data, não é possível estimar quando os demais pronunciamentos contábeis do CPC serão aprovados pelo BACEN.

**4. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis de avaliação dos elementos patrimoniais são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por disponibilidades em moedas nacional de acordo com a Resolução BACEN nº 3.604/08, que incluem: saldos em bancos, caixa e aplicações financeiras cujo prazo de vencimento na data de aplicação for inferior a 90 dias e não estejam sujeitos a risco de mercado significante. **c) Instrumentos Financeiros** - Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa. Os instrumentos financeiros não derivativos foram reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados até o vencimento, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. **d) Operações de arrendamento mercantil:** i. Operações de arrendamento mercantil financeiro - estão registradas pelo valor atualizado, quando aplicável, pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência. As operações de arrendamento financeiro são classificadas nos respectivos níveis de risco conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, pelo seu valor presente das contraprestações e dos valores de VRG garantidos pelos arrendatários, descontados pela taxa de desconto implícita nos contratos, para cálculo da provisão para devedores duvidosos. ii. Operações de arrendamento mercantil operacional - estão registradas pelo valor atualizado pelas rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia, quando aplicável, deduzidas das rendas a apropriar que são mensalmente apropriadas ao resultado pelo regime de competência. As operações de arrendamento operacional são classificadas nos respectivos níveis de risco, para cálculo da provisão para devedores duvidosos. As operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional são compostas por operações de arrendamento de equipamentos de informática. A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: **I - Arrendamentos a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente. **II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil:** representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais. **III - Imobilizado de arrendamento:** é registrada pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. **IV - Superveniência (insuficiência) de depreciação:** os registros contábeis da Sociedade são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" e "III" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, é calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil. **e) Obrigações por empréstimos:** São demonstradas pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço reconhecidos em base "pro rata" dia. **f) Atualização monetária de direitos e obrigações:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos a índices de atualização, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado do exercício. **g) Imposto de renda de pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro - CSLL:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240.000,00. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15%. **h) Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS:** O PIS foi apurado com base na alíquota de 0,65% e a COFINS foi apurada com base na alíquota de 4%, ambos aplicáveis sobre as receitas auferidas pela Companhia, reduzida das exclusões e deduções permitidas pela legislação em vigor. **i) Mensuração a valor de mercado:** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realizações) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão eventualmente vir a ser diferentes dos estimados. **j) Uso de estimativas contábeis:** A preparação das demonstra-

### A Diretoria

M. Srs. Administradores da

CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A - Barueri - SP  
Examinamos as Demonstrações Contábeis da CHG-Meridian do Brasil - Arrendamento Mercantil S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a independência de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e execu-

tada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** A Entidade registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco de

ações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes; (v) ajuste de superveniência de depreciação e valor justo de revenda dos bens objeto de arrendamento mercantil estimado na contratação do "leasing"; e (vi) derivativos embutidos - opção de revenda de bens arrendados em contratos de aquisição de bens. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

**5. Gerenciamento de Risco:** A gestão de riscos da Companhia está configurada em conformidade com a complexidade de suas operações e de forma a atender às disposições da regulamentação em vigor.

**6. Caixa e Equivalentes de Caixa:** De acordo com a política da Companhia os equivalentes de caixa são mantidos com a única finalidade de atender a compromissos de curto prazo, e não para outros fins. Dessa forma, a Companhia mantém suas disponibilidades de caixa exclusivamente depositadas em conta corrente e em aplicação de renda fixa e CDB. A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2013 era composta pelos seguintes valores:

Descrição	31/12/2013
Disponibilidades em Bancos	25
Aplicação em CDB	1.796
Aplicação em Renda Fixa	9.140
<b>Total</b>	<b>10.961</b>

**7. Operações de Arrendamento Mercantil: a) Ajustes nas Operações de Arrendamento Mercantil:** Os registros contábeis da Sociedade são mantidos conforme exigências legais. Os procedimentos adotados diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não adotarem o regime de competência no registro de receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. No sentido de considerar esses efeitos, de acordo com a Circular nº 1.429 do Banco Central do Brasil, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando um ajuste contábil no resultado e o consequente aumento ou redução no ativo permanente (superveniência ou insuficiência de depreciação). Em decorrência do registro contábil desse ajuste, o resultado e o patrimônio líquido estão apresentados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, porém as rubricas que abrigam os valores das operações de arrendamento mercantil permanecem com os seus saldos apurados por procedimentos não uniformes com as referidas práticas contábeis, mas de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. **b) Valor presente das operações de arrendamento mercantil:** Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são representados pelos seus respectivos valores presentes, apurados com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esse valor é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, atendendo desta forma, às normas do Banco Central do Brasil, nas quais são resumidas a seguir:

Descrição	31/12/2013		
Operações de Arrendamento Mercantil Financeiro	648		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	(648)		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	1.744		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	(1.744)		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	2.032		
Bens arrendados - ativo permanente	(168)		
Depreciações acumuladas	156		
Superveniência de depreciação	2.020		
<b>Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil Financeiro - Nota (a)</b>	<b>2.895</b>		
<b>Adiantamento para Arrendamento - Nota (b)</b>	<b>2.895</b>		
<b>Operações de Arrendamento Mercantil Operacional</b>	<b>472</b>		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Curto Prazo	(472)		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Curto Prazo	913		
Operações de arrendamento mercantil no ativo - Longo Prazo	(913)		
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil - Longo Prazo	1.344		
Bens arrendados - ativo permanente	(74)		
Depreciações acumuladas	1.269		
<b>Contratos registrados no balanço de arrendamento mercantil Operacional</b>	<b>1.269</b>		
<b>Nota (a)</b> A carteira de clientes de arrendamento mercantil estava classificada em 31 de dezembro de 2013 no Nível de Risco AA, na atividade econômica do setor privado - Indústria. <b>Nota (b)</b> O valor de R\$ 2.895 mil refere-se a adiantamento a fornecedores de imobilizado para operações de arrendamento mercantil, em fase de instalação dos equipamentos nos clientes da CHG. <b>c) Distribuição do valor presente por faixa de vencimento:</b>			
<b>Faixa de Vencimento</b>	<b>31/12/2013</b>		
A vencer até 90 dias	96		
A vencer de 91 a 360 dias	516		
A vencer acima de 360 dias	1.409		
<b>Total</b>	<b>2.020</b>		
<b>8. Outros Créditos:</b> A composição da conta Outros Créditos era a seguinte:			
<b>Descrição</b>	<b>31/12/2013</b>		
Rendas a Receber	22		
Adiantamento e Antecipações Salariais	16		
Adiantamento para Pagamento de Nossa Conta - Nota (a)	36		
Impostos e Contribuições a Compensar - Nota (b)	10		
<b>Total</b>	<b>84</b>		
<b>Nota (a)</b> Refere-se a adiantamento de viagens, adiantamento a fornecedores e adiantamento de vale refeição/alimentação. <b>Nota (b)</b> Refere-se ao imposto de Renda Retido na Fonte sobre aplicação financeira.			
<b>9. Obrigações por Empréstimos:</b> O valor de R\$ 1.893 (curto prazo R\$ 712 e longo prazo R\$ 1.181) em 31 de dezembro de 2013 refere-se a obrigações por empréstimos na modalidade "sem direito de regresso" e foram estruturados através da vinculação de recebíveis de operações de arrendamento mercantil, contratadas segundo determina a Resolução nº 2921/02 do BACEN.			
<b>10. Outras Obrigações Diversas:</b> A composição do saldo era a seguinte:			
<b>Descrição</b>	<b>31/12/13</b>		
Despesas de Pessoal	274		
Outras despesas administrativas	60		
Outros pagamentos - Nota (a)	3.592		
<b>Total</b>	<b>3.926</b>		
<b>Nota (a):</b> O valor de R\$ 3.592 refere-se a valores a pagar para fornecedores de imobilizado para operações de leasing.			
<b>11. Capital Social:</b> O capital social está representado por 13.500.000 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, apresentando a seguinte composição por acionistas:			
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>Participação %</b>	<b>Sede</b>
CHG-Meridian do Brasil			
Participações Financeiras Ltda.	13.500.000	100%	Brasil
<b>Total</b>	<b>13.500.000</b>	<b>100%</b>	
A CHG-Meridian do Brasil Participações Financeiras Ltda. tem como controladores: CHG-Meridian AG, sediada na Alemanha e CHG-Meridian México S.A.P.I. DE C.V. sediada no México. Aos acionistas são assegurados			

## Demonstração do Resultado do 2º Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2013 - Em R\$ mil

	2º Semestre	Exercício
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>664</b>	<b>664</b>
Operações de arrendamento mercantil	305	305
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	359	359
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>(268)</b>	<b>(268)</b>
Operações de empréstimos e repasses	(3)	(3)
Operações de arrendamento mercantil	(265)	(265)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>	<b>396</b>	<b>396</b>
<b>Outras Receitas/(Despesas) Operacionais</b>	<b>(2.509)</b>	<b>(2.509)</b>
Despesas de pessoal	(2.064)	(2.064)
Outras despesas administrativas	(554)	(554)
Despesas tributárias	(26)	(26)
Outras receitas operacionais	138	138
Outras despesas operacionais	(3)	(3)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>(2.113)</b>	<b>(2.113)</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>(2.113)</b>	<b>(2.113)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	-
<b>Prejuízo do Semestre/Exercício</b>	<b>(2.113)</b>	<b>(2.113)</b>
Quantidade de ações	13.500.000	13.500.000
Prejuízo por lote de mil ações - R\$ 1,00	(0,15652)	(0,15652)

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no 2º Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2013 - Em R\$ mil

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Integralização de capital social	13.500	-	13.500
Prejuízo do exercício	-	(2.113)	(2.113)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>13.500</b>	<b>(2.113)</b>	<b>11.387</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>13.500</b>	<b>(2.113)</b>	<b>11.387</b>
<b>Saldos em 01 de Julho de 2013</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Integralização de capital social	13.500	-	13.500
Prejuízo do semestre	-	(2.113)	(2.113)
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>13.500</b>	<b>(2.113)</b>	<b>11.387</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>13.500</b>	<b>(2.113)</b>	<b>11.387</b>

## Demonstração dos Fluxos de Caixa no 2º Semestre e Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2013 - Em R\$ mil

	2º Semestre	Exercício
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
Prejuízo do Semestre/Exercício antes dos ajustes	(2.113)	(2.113)
Ajustes ao prejuízo		
Depreciações e amortizações	262	262
Insuficiência (superveniência) de depreciação	(156)	(156)
<b>Geração Bruta de Caixa</b>	<b>(2.007)</b>	<b>(2.007)</b>
Varições nos Ativos e Passivos		
Aumento de operações de arrendamento mercantil	(2.895)	(2.895)
Aumento de outros créditos	(84)	(84)
Aumento de outros valores e bens	(3)	(3)
Aumento em outras obrigações - fiscais e previdenciárias	242	242
Aumento em outras obrigações - diversas	3.926	3.926
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>1.186</b>	<b>1.186</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aumento de imobilizado de uso	(235)	(235)
Aumento do Imobilizado de arrendamento	(3.376)	(3.376)
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos</b>	<b>(3.611)</b>	<b>(3.611)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Integralização de capital	13.500	13.500
Varição em empréstimos no país	1.893	1.893
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento</b>	<b>15.393</b>	<b>15.393</b>
<b>Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>10.961</b>	<b>10.961</b>
<b>(+) Saldo Inicial de Caixa</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>(-) Saldo Final de Caixa</b>	<b>10.961</b>	<b>10.961</b>
<b>Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>10.961</b>	<b>10.961</b>

25% de dividendo mínimo obrigatório, calculado sobre o lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária.

**12. Limites Operacionais (Acordo de Basiléia):** O Índice de Basiléia em 31/12/2013 foi apurado segundo critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, através das Resoluções 3.444/07 e 3.490/07, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) respectivamente. Abaixo segue quadro demonstrativo, conforme regulamentação em vigor:

Descrição	31/12/2013
PR - Patrimônio de Referência	11.387
Nível I	11.387
<b>Margem sobre o Capital Principal Requerido</b>	<b>(1.183)</b>
Patrimônio Líquido	10.585
Ativo Permanente Diferido	-
PRE - Patrimônio de Referência Exigido	1.144
<b>RWA para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWACPAD</b>	<b>9.898</b>
Risco de Mercado (PJUR, PCOM, PACS)	501
RBAN - Capital alocado para cobertura de risco das operações não classificadas na carteira de negociação	39
Valor de Margem (PR - PRE - RBAN)	10.204
<b>Índice de Basiléia (PR x 100)/(PRE / 0,11)</b>	<b>109</b>
<b>Índice de Basiléia Amplo (PR x 100)/((PRE+RBAN) / 0,11)</b>	<b>106</b>